



Ata da 29ª sessão ordinária da 1ª sessão legislativa da 18ª legislatura. Aos 17 (dezesete) dias do mês de agosto do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na rua Coronel Vida, 211, Centro, no horário regimental, foi realizada a 29ª (vigésima nona) sessão ordinária da 1ª (primeira) sessão legislativa da 18ª (décima oitava) legislatura, presidida pelo Vereador Egon Krambeck, secretariada pelos Vereadores Odair José Sanson Junior e Gilberto Rogalski e presentes os Vereadores Joslei Sequineli, Jovane Sebastião Ferreira, Lucas dos Santos, Marcos Marcel Pietralla, Rogério Czelusniak e Vagner Kachimarki. Havendo número legal de Vereadores o senhor Presidente, em nome de Deus e pelo povo, declarou aberta a sessão e determinou a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade. Solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura do expediente, no qual constou o seguinte: do excelentíssimo senhor Sérgio Luis Belich, Prefeito Municipal, ofício 604/2021, de 12/8/2021, em referência ao ofício 166/2020 e requerimento 55/2021, encaminhando cópia do processo administrativo 7978/2021 com informações sobre as desapropriações de imóveis descritas no Decreto Municipal nº 12.870/2019; ofício 614/2021, de 16/8/2021, informando que o Prefeito Municipal precisará se ausentar do Município entre os dias 18 e 20 de agosto para tratar de assunto pessoal; ofício 622/2021, de 17/8/2021, em referência ao ofício 622/2021 e à indicação 222/2021, encaminhando cópia do processo administrativo 12411/2021 e informando que o proprietário deverá se cadastrar no programa Porteira Adentro para que seja possível doar as cargas de pedra, o que será feito conforme disponibilidade; ofício 627/2021, de 17/8/2021, encaminhando para apreciação o projeto de lei 5743/2021 que “autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder, mediante termo de cooperação, a cessão de equipamentos à organização que especifica, nos termos da programação nº 411770120190002 do Ministério do Desenvolvimento Social e dá outras providências”; ofício 628/2021, de 17/8/2021, encaminhando para apreciação o substitutivo total ao projeto de lei 5718/2021 que “dispõe sobre a estrutura organizacional administrativa do Poder Executivo do Município de Palmeira”; ofício 629/2021, de 17/8/2021, encaminhando para apreciação os projetos de lei 5744/2021 que “autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 150,00”, 5745/2021 que “autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 40.014,20” e 5746/2021 que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 5.378,75”; e ofício 630/2021, de 17/8/2021, em referência ao ofício 267/2021 e à indicação 224/2021, encaminhando cópia do processo administrativo 12409/2021 e informando que os serviços indicados foram incluídos no cronograma da Secretaria com previsão para realização em setembro ou outubro. Da senhora Tânia Mara Trindade, Presidente do Conselho Administrativo do RPPS, ofício 37/2021, de 16/8/2021, informando que o mandato da servidora Débora Stelle como integrante do Conselho Administrativo do RPPS será encerrado em 31/8/2021 e solicitando a indicação de novo representante do Poder Legislativo. Do senhor Armando Carlos Durki expediente agradecendo a moção de aplausos recebida. Do senhor Reinaldo Gomes Braga, Diretor da empresa Escritel Instalações Elétricas, expediente em referência ao ofício 252/2021 e requerimento 89/2021, informando que a empresa nunca possuiu e não possui contrato com o Município para transporte de postes ou outros materiais, assim como não transportou e não tem conhecimento da compra de materiais realizadas junto a Copel em 2020. Do Vereador Odair Sanson Junior indicação 229/2021 ao Departamento de Segurança e Trânsito, indicando a pintura de faixa de vaga de estacionamento para pessoa com deficiência e colocação de placa indicativa na Rua Coronel Vida, em frente ao Centro de Especialidades Odontológicas. Do Vereador Gilberto Rogalski indicação 230/2021 ao Departamento de Segurança e Trânsito, indicando a verificação da estrutura da ponte sobre o Rio Monjolo na Rua XV de Novembro, a recuperação da pavimentação asfáltica que cedeu, a construção de grade de proteção na lateral da ponte e a colocação de tampa de bueiro nas proximidades da mesma. Do Vereador Odair Sanson Junior projeto de lei 5741/2021 que “institui no Município de Palmeira o mês ‘dezembro verde’, dedicado às ações educativas e de reflexão sobre o abandono de animais e dá outras providências”. Dos Vereadores projeto de lei 5742/2021 que “dá denominação à rua da cidade”. Do Vereador Vane projeto de lei 5747/2021 que “concede isenção do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana – IPTU às associações municipais legalmente declaradas de utilidade pública e que prestam serviços de natureza cultural e assistência social”. Da CCLJR e CEOFF pareceres aos projetos de lei 5739 e 5740/2021. Concluída a matéria do expediente o senhor Presidente solicitou que se procedesse a verificação da presença e se algum Vereador se inscreveu para fazer uso da palavra. Anotou-se a presença de todos os Vereadores. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Joslei Sequineli com o assunto “homenagem”. Com a palavra, cumprimentou o senhor Presidente, colegas Vereadores,



público presente e que acompanha a sessão pela *internet*. Disse que um dos momentos mais dolorosos e difíceis de nossas vidas é a despedida de alguém que partiu para sempre. Que ao se tentar voltar a rotina e seguir em frente, parece que nada faz sentido, sendo apenas o tempo capaz de nos ajudar a conviver com a ausência. Falou que quando isso não acontece somos tomados por uma saudade dolorosa. Que o senhor Wesley partiu e deixou este vazio nos corações de todos que o amavam e conviviam com ele, mas com certeza está olhando por todos aqui na Terra. Disse que o Céu está em festa por ter os senhores Wesley e Rogério juntos, amigos sempre prontos para ajudar os outros e servir a Deus. Que todos guardarão tudo o que viveram e compartilharam com eles. Pediu a Deus, na esperança de que se reencontrarão na eternidade, que possam olhar por todos nós. Agradeceu. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Jovane Sebastião Ferreira com o assunto “estradas rurais”. Com a palavra, saudou os colegas Vereadores, senhor Presidente e todos que acompanham a sessão. Disse que vai à tribuna para expor a sua preocupação e solidariedade com todas as comunidades do interior, devido as péssimas condições das estradas rurais do Município. Que como fiscalizador, pede providências e medidas imediatas. Relatou que recebeu, no final de semana anterior, inúmeras ligações e vídeos pedindo apoio para essa situação tão grave. Falou que quer uma resposta e o planejamento sobre as manutenções das estradas o mais breve possível, pois todas as comunidades precisam que as estradas estejam em boas condições para que os moradores possam sair, realizar seus compromissos e irem à escola, independentemente do tempo que se faça. Que continuará ao lado da população e por isso pede que as estradas estejam em condições de garantir o ir e vir dos moradores de todas as comunidades do Município. Agradeceu. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Vagner Kachimarki com o assunto “mais recursos”. No uso da palavra, cumprimentou o senhor Presidente, Vereadores e aqueles que acompanham a sessão presencialmente e pelo canal oficial da Câmara no *Youtube*. Disse que teve a grande satisfação de receber a visita, desde manhã, do Deputado Estadual Alexandre Amaro, que já esteve em nossa cidade há dois meses. Relatou que quando visitou o parlamentar na Assembleia Legislativa, ocasião em que trocaram ideias e experiências, o Deputado prontamente ofereceu ajuda para o Município. Que o parlamentar tem um projeto ligado a área do esporte e proporcionou uma verba no valor de R\$ 470 mil para a construção de uma quadra de futebol *society* no Bairro Jardim Cristine. Disse que visitou comércios e algumas lideranças da comunidade com o Deputado e lhe agradeceu pelos recursos. Inscreveu-se para fazer uso da palavra o Vereador Odair José Sanson Junior com o assunto “saúde”. Com a palavra, disse que a saúde é fundamental, principalmente em uma pandemia. Cumprimentou o senhor Presidente, Vereadores, senhoras e senhores que acompanham a sessão. Falou que o seu pronunciamento terá um sentido um pouco mais crítico, mas com o intuito principal de mostrar a sua indignação com algumas situações que tem presenciado. Que espera ser compreendido, porém, vale ressaltar que devem prevalecer as responsabilidades dos Vereadores e aqui é o Parlamento, onde as opiniões e pensamentos devem ser mostrados e registrados. Disse que a saúde é fundamental e duvida que alguém, neste momento, questione esta colocação. Que analisando a responsabilidade pela saúde no Município, consultou a Lei Orgânica, a bússola principal, e constatou o seguinte: o art. 1º garante personalidade jurídica e autonomia política, administrativa e financeira ao Município; o art. 6º estabelece como responsabilidade municipal a prestação de serviços de atendimento à saúde da população; o art. 7ª determina que compete ao ente local, juntamente com o Estado e a União, cuidar da saúde e da assistência pública e combater as causas da pobreza; o art. 8º incumbe ao Município a prestação de assistência nas emergências médico-hospitalares e a disposição sobre as ações e serviços de saúde de sua competência; o art. 174 delimita como objetivos da atuação do Poder Público Municipal o bem-estar e a justiça sociais; o art. 176 declara que a saúde é um direito de todos e o art. 177 confere relevância pública às ações e serviços de saúde. Expressou que analisando a Lei Orgânica temos que a saúde da população é sim um problema do Município e dos seus dirigentes. Que os Vereadores são procurados pela população e por isso tem total segurança para fazer algumas considerações. Relatou que em 11/3/2020 a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia e em 15/4/2020 o STF decidiu que os Estados e Municípios têm poderes para definir regras e ações visando o seu combate. Que os palmeirenses também sofreram com a infecção pelo vírus e o que se poderia esperar eram ações de investimento da gestão municipal na área da saúde, mas não foi isso o que se pode verificar, como no caso da Santa Casa, única unidade hospitalar do Município, a qual não recebeu um centavo a mais além daquilo que já tinha sido compactuado. Disse que em março deste ano o presidente da Câmara Vereador Egon, no uso das suas prerrogativas, requereu das Secretarias Municipais de Finanças e Saúde informações sobre os recursos federais recebidos para o combate à



COVID-19, valores totais, datas e onde e como foram aplicados com o objetivo de dar transparência a esses dados para a população. Que as informações foram recebidas e encaminhadas para as Comissões do Legislativo, tendo-se verificado o seguinte: a Procuradoria Jurídica da Câmara, no memorando 19/2021, analisou minuciosamente as informações, demonstrando que em 2020 foram recebidos R\$ 9.492.000,00 com o carimbo da COVID-19, dos quais R\$ 58.175,00 foram utilizados para recolhimento da contribuição PASEP, R\$ 7.800.000,00 para a folha de pagamentos e encargos sociais, R\$ 182.191,00 na compra de materiais de consumo, R\$ 183.485,00 para material de distribuição gratuita e R\$ 255.859,00 para auxílio na área da cultura referente a Lei Aldir Blanc, com saldo remanescente de R\$ 1.012.000,00 para 2021. Relatou que a Procuradoria concluiu pela inexistência de indícios de crime de responsabilidade, mas ressaltou que em relação a suposta existência de infração político-administrativa poder-se-ia suscitar a ideia de uma eventual negligência no uso das verbas, o que poderia até ser discutido e ter como consequência a cassação do mandato do Prefeito, mas, considerando o término do mandato do Gestor e Secretários, tal debate seria tecnicamente irrelevante. O Vereador Odair disse que durante o exercício de 2020 havia uma queixa do Poder Executivo sobre a queda na arrecadação, tendo inclusive o Poder Legislativo, sob a presidência do ex-Vereador Domingos Everaldo Kuhn, numa atitude louvável visando maiores investimentos no combate à pandemia, aberto mão de parte do duodécimo que constitucionalmente é direito da Câmara, havendo uma diminuição de R\$ 360.000,00 para R\$ 120.000,00 nos repasses a partir de maio de 2020. Destacou que uma das informações recebidas do Poder Executivo, através do ofício 460/2021, foi a arrecadação do Município nos períodos de janeiro a outubro de 2019, que sem os recursos para a pandemia fez um total de R\$ 87.044.000,00, e no período de janeiro a outubro de 2020, também sem os recursos para a pandemia, fez um total de R\$ 89.454.000,00, demonstrando que não houve queda. Relatou que também foi realizada uma pesquisa sobre os gastos da Secretaria Municipal de Saúde, pois o mínimo que se poderia imaginar é que durante a pandemia houvesse um aumento em razão do implemento de auxílio ao hospital, compra de respiradores, testes rápidos, entre outros, mas, infelizmente, não foi isso o que aconteceu. Falou que analisando o valor orçado para a Secretaria e o percentual gasto ao longo dos anos obteve-se o seguinte: em 2013 foi orçado R\$ 13.000.000,00, gastos 76%; em 2014 R\$ 16.000.000,00, gastos 69%; em 2015 R\$ 19.000.000,00, gastos 80%; em 2016 R\$ 19.000.000,00, gastos 81%; em 2017 R\$ 22.000.000,00, gastos 81%, em 2018 R\$ 23.000.000,00, gastos R\$ 77%, em 2019 R\$ 26.500.000,00, gastos 88% e em 2020 R\$ 27.000.000,00, gastos 81%. Disse que mesmo vivendo uma grande pandemia com pessoas precisando de assistência, internamentos, respiradores etc., não houve o investimento devido na saúde pública, tendo o percentual de gastos diminuído em 2020 quando comparado ao ano anterior. Que tudo é uma questão de prioridades e o investimento em saúde, em salvar vidas e amenizar o sofrimento da população não foi uma da gestão anterior. Expressou que espera que as suas opiniões possam ser bem interpretadas e entendidas e também aceitas e aproveitadas para que isso nunca volte a se repetir por futuras Administrações. Que não pode deixar de elogiar a atual Administração, mais precisamente o Prefeito Sérgio e sua equipe, que em pouco tempo já disponibilizaram respiradores para a Santa Casa e meios para aumentar o número de leitos para atender os palmeirenses infectados com o coronavírus. Disse que as Comissões têm a incumbência de apresentar um relatório final daquilo que puderam verificar. Que o seu relatório concluirá pela omissão da gestão anterior no combate à pandemia. Que não foram encontradas irregularidades, mas imoralidades, omissão, falta de gestão e planejamento, o que trouxe muito sofrimento e talvez alguns dos óbitos poderiam ter sido evitados. Falou que os Vereadores Rogério, Vaguinho e Marcel, dentro das suas atribuições como representantes eleitos do povo, trouxeram à tribuna muitas reclamações, principalmente sobre ambulâncias paradas por falta de manutenção e postos de saúde fechados por interdição da vigilância sanitária ou problemas na manutenção. Lembrou que a gestão anterior deixou em conta um saldo das verbas do COVID-19. Questionou quais os motivos desses recursos não terem sido usados para comprar uma única ambulância, consertar as cinco existentes que foram entregues com problemas de manutenção ou reformar os postos de saúde. Afirmou que alguém deve ser muito ingênuo ou ter má-fé para achar que as ambulâncias e postos se deterioraram nesses primeiros meses de governo. Questionou também se houve um excesso de otimismo da Administração anterior, achando que o Município estaria blindado a este vírus, ou se estavam preocupados demais com o ano eleitoral. Disse que a imoralidade, a omissão e a falta de planejamento custaram caro à gestão anterior, bastando olhar os resultados das eleições de novembro de 2020, quando o candidato à sucessão foi rejeitado por 9 em cada 10 palmeirense, ou seja, o grupo que administrou o Município nos últimos 4 anos teve uma



desaprovação de 90%. Falou que nas urnas a população já fez a sua justiça. Seguiu-se então à ordem do dia. Em discussão e votação única, em bloco, foram aprovadas por unanimidade as indicações 227 e 228/2021. Em 2ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 5711, 5717 e 5733 ao 5738/2021, sendo que os projetos de lei 5711, 5717 e 5733/2021 foram à votação nominal. Em 1ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 5739 e 5740/2021. Finalizada a ordem do dia o senhor Presidente encaminhou à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação os projetos de lei 5741 ao 5747/2021 e o substitutivo ao projeto de lei 5718/2021; à Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização os projetos de lei 5744 ao 5747/2021 e o substitutivo ao projeto de lei 5718/2021; à Comissão de Educação, Cultura, Bem-estar Social e Meio Ambiente os projetos de lei 5741, 5743 e 5747/2021 e o substitutivo ao projeto de lei 5718/2021 e à Comissão de Urbanismo e Obras Públicas o projeto de lei 5742/2021 e o substitutivo ao projeto de lei 5718/2021 para análise e emissão de pareceres. Não houve Vereador inscrito para explicação pessoal. Nada mais havendo a ser tratado o senhor Presidente lembrou que a próxima sessão ordinária será realizada em 24 (vinte e quatro) de agosto, no horário regimental, constando na ordem do dia a discussão e votação única das indicações 229 e 230/2021 e a 2ª discussão e votação dos projetos de lei 5739 e 5740/2021. Agradeceu a presença de todos e em nome de Deus e pelo povo declarou encerrada a sessão, da qual para tudo constar foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos senhores Presidente e 1º Secretário.